



1 ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Aos nove dias do mês de maio de  
2 dois mil e dezessete, às dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Rua:  
3 Balduino Taques, 445 – Centro. Realizou-se a quinta reunião ordinária do Conselho  
4 Municipal de Saúde. **Presentes os conselheiros Titulares:** Diego Osmar  
5 Rodrigues, Jefferson Magno Pereira, Inês Chuy Lopes, Fábila Cristine Rocha,  
6 Regina Rosa Pedrozo Rosa, Vera Lúcia Leal Wosgerau, Claudia Cristina Saveli,  
7 Maria Alina Lurdes Oliveira, Leandro Soares Machado, Paulo Saincler Heusi, Márcia  
8 Cristina da Silva Rodrigues, José Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Inez Rosemari  
9 Safrade, Candido José Coesel, Sueli Terezinha Mensen, Ana Maria Bourguignon  
10 de Lima. **Presentes Conselheiros Suplentes:** Everson Milleo, Ana Caetano Pinto.  
11 O Presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho assume os trabalhos e procede  
12 a abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e**  
13 **Aprovação das Atas: 3ª e 5ª Reuniões Ordinárias. 2. Relatos Gerais. 3.**  
14 **Informes Gerais. 4. Ordem do Dia. 4.1. Apresentação do Projeto Básico**  
15 **intitulado “Remédio Legal – Aqui Sempre Tem”. 4.2. Apreciação da**  
16 **Programação Anual de Saúde. 4.3. Apreciação do RAG (Relatório Anual de**  
17 **Gestão). 1. Leitura e Aprovação das Atas: 3ª e 5ª Reuniões Ordinárias.**  
18 Primeiramente o conselheiro Paulo Saincler Heusi pediu a palavra e perguntou  
19 sobre o resultado de assuntos que são discutidos nas reuniões e não finalizados,  
20 como por exemplo, na 4ª Reunião Ordinária foi solicitada uma reunião  
21 extraordinária para elaboração do novo Regimento Interno do Conselho o que até a  
22 presente data não foi marcada pelo senhor Presidente José Timóteo Vasconcellos  
23 Sobrinho. Pediu para incluir na linha 177 da ata da 5ª Reunião Ordinária o texto:  
24 Que se sair uma funcionária, saem as duas, pois ambas as servidoras poderiam ser  
25 retiradas. Em relação à linha 207 solicita uma nota de repúdio ao senhor Luiz  
26 Antonio Delgobo que também não obteve resposta. A conselheira Claudia Cristina  
27 Saveli cita que na última reunião ficou deliberado em relação à aprovação do  
28 SISPACTO: 06 (seis) votos a favor e 08 (oito) abstenções não são votos contra, que  
29 o conselheiro Felipe Simão Pontes deveria colocar somente a quantidade de votos  
30 e retirar o termo não aprovação, o que não foi feito. O presidente senhor José  
31 Timóteo Vasconcellos Sobrinho diz que entrará em contato com o conselheiro  
32 Felipe Simão Pontes para fazer a correção, que ele mande via e-mail ou que venha  
33 até a sede do conselho fazê-la. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues solicita que  
34 essa correção seja feita e encaminhada aos conselheiros por e-mail antes de sexta-  
35 feira, dia 19/05/2017 para análise. O senhor José Timóteo Vasconcellos Sobrinho  
36 informou a todos do ofício recebido da Central de Movimentos Populares, o qual  
37 nomeia como conselheira titular a Srª Márcia Cristina da Silva Rodrigues, em  
38 substituição da conselheira titular Jiovany do Rocio Kissilevicz, fazendo na  
39 sequência a apresentação da mesma a todos os conselheiros presentes. Os  
40 conselheiros Claudia Cristina Saveli e Leandro Soares Machado questionaram  
41 sobre o cargo de vice-presidente na mesa diretiva que ficou aberto com a saída da  
42 conselheira Jiovany do Rocio Kissilevicz. Retomando a palavra o Sr. Paulo cobrou  
43 novamente sobre a reunião extraordinária que o senhor José Timóteo Vasconcellos



44 Sobrinho deve marcar e para que seja feita a nota de repúdio para o senhor Luiz  
45 Antonio Delgobo. A conselheira Claudia Cristina Saveli coloca que vários assuntos  
46 que foram deliberados em atas anteriores não foram feitos, tais como: a nota de  
47 repúdio ao Governo Temer sobre o fechamento da Farmácia Popular; a reunião  
48 para elaboração do novo Regimento Interno e a nota de repúdio para o senhor Luiz  
49 Antonio Delgobo. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues coloca que a última  
50 reunião foi tumultuada e não vê se o caminho é esse do Conselho Municipal de  
51 Saúde fazer uma moção de repúdio a uma pessoa, gostaria que não tomassem  
52 uma atitude muito radical, pois em outras ocasiões já aconteceram situações piores  
53 e não foram tomadas tais atitudes. O senhor presidente José Timóteo Vasconcellos  
54 Sobrinho cita que a moção de repúdio foi aprovada pela maioria e não tem como  
55 fugir disso. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues questiona se foi colocado em  
56 votação, o que foi confirmado pelo senhor presidente José Timóteo Vasconcellos  
57 Sobrinho. A conselheira Sueli Terezinha Mensen diz que a moção de repúdio deve  
58 ser feita após a aprovação da ata da 5ª reunião e que a colocação do conselheiro  
59 Paulo Saincler Heusi, de constar na ata a fala do senhor Luiz Antonio Delgobo, que  
60 pediu a fala através da conselheira Fábria Cristine Rocha. O conselheiro Leandro  
61 Soares Machado fala que em relação ao Regimento Interno ele entendeu que já  
62 estava em ponto de aprovação, somente agora entendeu que essa reunião  
63 extraordinária ainda é para discutir as alterações que devem ser feitas. A outra  
64 questão é sobre as aprovações das moções de repúdio ao Governo Michel Temer  
65 em relação ao fechamento da Farmácia Popular e ao senhor Luiz Antonio Delgobo  
66 se ambas haviam sido colocadas em votação e aprovadas, o que foi confirmado  
67 pelo senhor presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho. A 3ª e 5ª atas não  
68 foram aprovadas. **2. Relatos Gerais.** O conselheiro Diego passa à palavra a  
69 usuária da Unidade Básica de Saúde César Milléo Sr.ª Nanci Aparecida Galhardi.  
70 Iniciou dizendo que por dez anos foi do Conselho Local de Saúde, mas logo que  
71 conseguiu alguém para substituí-la o mesmo foi desativado. Sua fala hoje é para  
72 saber como fica a posição do Conselho Municipal de Saúde em relação à ativação  
73 dos Conselhos Locais de Saúde, pois gostaria de um respaldo para poder reativar o  
74 Conselho Local da UBS César Milléo. Questiona o que o Conselho faz nas  
75 Unidades de Saúde e que trabalho ele presta nas mesmas: uma visita, reunião,  
76 fiscalização, ver o seu funcionamento. Coloca que no período dos dez anos que  
77 esteve à frente do Conselho Local nunca recebeu uma visita de nenhum  
78 conselheiro. Tem o Regimento Interno que foi feito na época pela Assistente Social  
79 Neumari Perpétua da Cunha e sua documentação. Também informou que a  
80 Unidade de Saúde não possui nem a ata do Conselho Local. Questiona o senhor  
81 presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho que responde que os Conselhos  
82 Locais estão sendo reativados, primeiramente será cobrada da Comissão de  
83 Conselhos Locais para que sejam reativados o mais rápido possível para que possa  
84 ser dado o respaldo necessário. **3. Informes Gerais.** A conselheira Márcia Cristina  
85 da Silva Rodrigues fala sobre a participação na I Conferência Estadual da Saúde da  
86 Mulher relata que muitos Programas lá citados sobre a saúde da mulher não estão



87 sendo vistos no interior do Estado. Em relação ao Mãe Paranaense a conselheira  
88 Inês Chuy Lopes informou que está funcionando no Hospital Regional. Ficou  
89 definido que a conselheira irá mandar um ofício da entidade que representa,  
90 solicitando informações sobre os programas citados no referido encontro. A  
91 conselheira Regina Rosa Pedroso Rosa fala que no dia 12/05/2017 terá o evento do  
92 Dia da Assistente Social na UEPG. A conselheira Ana Maria Bourguignon de Lima  
93 comunica que a AMAS está realizando em parceria com a UEPG uma pesquisa  
94 sobre Partos na Rede Pública em Ponta Grossa nos anos de 2015, 2016 e 2017.  
95 Solicita que caso algum conselheiro conheça alguma mulher que tenha parido  
96 durante esses anos e puder convidá-las para participar da pesquisa e/ou pegar os  
97 dados como nome completo, telefone e/ou e-mail para lhe passar agradece. A  
98 coordenadora da Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos Sr<sup>a</sup> Sueli  
99 Terezinha Mensen, pede para que o conselheiro Leandro Soares Machado faça um  
100 breve relato da reunião do dia 02/05/17 sobre a análise da documentação para  
101 recadastramento das Entidades. Em relação aos pedidos de RENOVAÇÃO foram  
102 DEFERIDOS: Rede Feminina de Combate ao Câncer; Associação de Apoio,  
103 Atendimento e Assessoramento à Comunidade Surda Geny de Souza Ribas;  
104 Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV; Associação  
105 Esquadrão da Vida de Ponta Grossa; Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção  
106 (Comunidade Terapêutica Rosa Mística); Organização Doutores Palhaços SOS  
107 Alegria. INDEFERIDOS: Associação Pontagrossense de Assistência à Criança com  
108 Deficiência; Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa; Associação  
109 Ministério Melhor Viver; Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família  
110 João e Maria; Associação de Pais e Amigos do Excepcional; Santa Casa de  
111 Misericórdia de Ponta Grossa; Grupo Renascer de Apoio ao Homossexual;  
112 Associação Pontagrossense de Portadores das Deformidades Faciais. INSCRIÇÃO  
113 INDEFERIDA: Escola Profissional Piamartina João XXIII. As entidades foram  
114 convocadas para apresentarem a documentação faltante em reunião da Comissão  
115 dia 16/05/2017 às 18:00. No dia 25/04/2017 a Comissão iniciou a reunião para  
116 discutir pontos do Relatório Anual de Gestão de 2016 em relação aos valores dos  
117 contratos e respectivos valores. Discutiu-se todas as metas que estavam de acordo  
118 e foram anotadas as que necessitavam de correções. Em relação ao Plano de  
119 Cargos e Salários, meta 109 ainda não realizada, quando questionada pela  
120 conselheira Sueli Teresinha Mensen, o Sr. Robson Xavier da Silva – Secretário  
121 Adjunto de Gestão em saúde da Secretaria Municipal de Saúde indicou que essa  
122 proposta depende da negociação da gestão com os trabalhadores. A srt<sup>a</sup> Alexandra  
123 Luise Lopes – representante da Secretaria Municipal de Saúde, informa que as  
124 metas 114 a 117 não foram realizadas, bem como suas justificativas não foram  
125 encaminhadas pelo Conselho Municipal de Saúde para o relatório final. Por fim, o  
126 parecer da maioria dessa Comissão é favorável à aprovação do Relatório Anual de  
127 Gestão 2016. A Comissão aprovou a lista de equipamentos para Fisioterapia  
128 através de Resolução da SESA nº 269/2016. Quanto à Programação Anual de  
129 Saúde (PAS), foram destacados pela conselheira Claudia Cristina Saveli que os



130 itens 09 e 25 foram suprimidos, indicando a necessidade de retirá-los da PAS,  
131 devido ao desmonte do sistema de financiamento Federal a projetos como o  
132 Consultório de Rua. O parecer da Comissão foi favorável. **4. Ordem do Dia. 4.1.**  
133 **Apresentação do Projeto Básico intitulado “Remédio Legal – Aqui Sempre**  
134 **Tem”**. O Sr. Robson Xavier da Silva – Secretário Adjunto de Gestão em Saúde da  
135 Secretaria Municipal de Saúde, realizou a apresentação do Projeto “Remédio Legal  
136 – Aqui Sempre Tem”. Componente Básico da Assistência Farmacêutica Municipal,  
137 que será implantado no Município de Ponta Grossa dentro da modalidade de  
138 compras através de credenciamento com as farmácias, para ciência dos senhores  
139 conselheiros de Saúde conforme segue detalhamento: O Município de Ponta  
140 Grossa está em processo de adesão ao Consórcio Paraná Saúde que nos apoiará  
141 na gestão dos recursos do componente básico da Assistência Farmacêutica. Essa  
142 adesão propiciará a aquisição e distribuição dos medicamentos ao município de  
143 forma célere, sem os processos administrativos municipais, dentro da relação dos  
144 medicamentos preconizados na REMUME (de uma relação de 162 medicamentos  
145 básicos que devem constar em nossa relação nas Unidades de Saúde, mais 12 que  
146 foram selecionados por serem medicamentos de baixo custo para determinadas  
147 patologias). A distribuição local continuará sendo feita pela Central de Assistência  
148 Farmacêutica Municipal. A contrapartida municipal deve ser realizada pela  
149 Prefeitura, com recursos do tesouro municipal, e destinados ao custeio dos  
150 medicamentos básicos previstos na RENAME vigente, ou ainda em ações de  
151 estruturação e qualificação da Assistência Farmacêutica Básica, respeitados os  
152 limites e demais normas estabelecidas na Portaria nº 1.555/2013. Onde teremos  
153 farmácias credenciadas do Município para fornecerem esses medicamentos à  
154 população. Explicou que somente Ponta Grossa, Curitiba e mais dois Municípios  
155 ainda não fazem parte do referido Consórcio. O referido Projeto tem como principais  
156 objetivos: 01. Garantir o acesso equânime aos medicamentos básicos, conforme  
157 REMUME. 02. Promover o tratamento adequado e em tempo oportuno aos usuários  
158 do sistema municipal de saúde. 03. Otimizar os recursos da contrapartida municipal.  
159 04. Fomentar a discussão sobre a legislação municipal que prejudica os processos  
160 administrativos e impacta negativamente no orçamento da saúde. Terminada a  
161 explanação foi aberto a perguntas dos conselheiros: o conselheiro Paulo Saincler  
162 Heusi questiona sobre a falta de medicamentos controlados e sobre os valores dos  
163 medicamentos do consórcio e o Sr. Robson Xavier da Silva informa que os  
164 medicamentos controlados não farão parte da lista do Consórcio, continuarão sendo  
165 comprados via licitação e os valores dos remédios fazem parte da Resolução nº 03  
166 de 02/03/2011, as farmácias conveniadas deverão se adequar a essa resolução. O  
167 conselheiro Leandro Soares Machado primeiramente pergunta se é uma legislação  
168 municipal a implantação do Projeto e se as empresas de nossa cidade vão ser  
169 contempladas. Também como vai ser o fluxo da entrega de medicamentos nas  
170 farmácias conveniadas e quais serão os outros 12 (doze) medicamentos a serem  
171 incluídos. O Sr. Robson Xavier da Silva explica que o processo licitatório é o menor  
172 preço. No Consórcio tem a chancela do governo do Estado, o consórcio consegue



173 comprar mais barato porque compra para um conjunto de 396 Municípios, o que  
174 leva os valores a diminuírem. A relação dos medicamentos é preconizada para as  
175 Unidades Básicas de Saúde e os 12 (doze) saíram de uma junta de farmacêuticos e  
176 médicos que escolheram esses por serem medicamentos de baixo custo para  
177 determinadas patologias. Explica que não é licitação e sim uma aquisição de  
178 medicamentos feita pelo Município através de um processo de compras normal,  
179 com base em uma Legislação Federal que foi adequada ao Município de Ponta  
180 Grossa. Dando sequência a conselheira Maria Alina Lurdes Oliveira pergunta da  
181 previsão de quando essa medicação irá fazer parte da rotina; fala que a questão da  
182 falta de medicamentos é muito preocupante, nominando inclusive os que estão em  
183 falta em todas as Unidades de saúde do Município, o que foi anotado pelo Sr.  
184 Robson Xavier da Silva. Sugere ainda que a gestão apresente aos conselheiros  
185 como funcionam todos os Protocolos que são trabalhados em todas as Unidades  
186 Básicas de Saúde do Município. Cita ainda que os usuários cobram da mesma,  
187 sendo conselheira e não consegue aplicar o Protocolo de Acolhimento em sua  
188 totalidade. O Sr. Robson Xavier da Silva explica que é um Projeto de Lei e já foi  
189 aprovado pela Câmara, faltando agora encaminhar a documentação para Curitiba  
190 para o Consórcio e o próximo trâmite é a transferência dos Recursos Federais e  
191 Estaduais para o consórcio e no próximo lote o Município de Ponta Grossa já vai  
192 participar podendo isso acontecer daqui um ou dois meses. A conselheira Sueli  
193 Terezinha Mensen pergunta quais serão as empresas que participarão do  
194 consórcio? E a conselheira Vera Lúcia Leal Wosgerau pergunta se dentro dessa  
195 lista serão contemplados os 162 mais os 12? O Sr. Robson Xavier responde que  
196 obrigatoriamente os 162 e havendo a possibilidade os outros 12 serão incluídos. O  
197 consórcio visa otimizar o conjunto de Municípios que se integram para comprar e  
198 fazer a gestão dos recursos, não sendo possível dizer quais empresas participam  
199 da venda para o mesmo. O conselheiro Paulo Saincler Heusi fala que através das  
200 licitações a prefeitura pode comprar toda a medicação que necessita e que somente  
201 os 162 mais os 12 serão contemplados pelo consórcio, os controlados continuarão  
202 faltando; também pergunta o porquê da Farmácia Central não aceitar receitas de  
203 médicos particulares. O Sr. Robson Xavier explica que esses medicamentos  
204 continuarão sendo comprados via licitação, com recursos oriundos do Município e  
205 que se tornaria inviável o SUS atender todas as solicitações de receitas e exames  
206 de médicos particulares. Por fim, o conselheiro Leandro Soares Machado pede para  
207 que todos os novos Projetos a serem implantados, antes de ser divulgados na  
208 imprensa, sejam informados ao Conselho Municipal de Saúde, pois questiona que  
209 esse Projeto de Lei já passou pela Câmara e também se foi mandado um ofício ao  
210 Conselho Municipal de Saúde para conhecimento prévio. O Sr. Robson Xavier  
211 explica que já existe uma Legislação Federal prévia e que o Projeto “Remédio Legal  
212 – Aqui Sempre Tem” está sendo apresentado no Conselho, pois já está em fase de  
213 implantação, sendo um Projeto padrão em todas as cidades do Paraná, não  
214 cabendo adaptações ou alterações. O processo contendo o Projeto Básico  
215 intitulado “Remédio Legal – Aqui Sempre Tem”, segundo o Senhor Presidente José



216 Timóteo Vasconcellos Sobrinho vai ser encaminhado para a Comissão de Vigilância  
217 e Assistência à Saúde. O **4.2. Apreciação da Programação Anual de Saúde.** O  
218 Sr. José Timóteo Vasconcellos Sobrinho coloca em votação a Programação Anual  
219 de Saúde. Resultado: 13 (treze) votos a favor e 01 (uma) abstenção. **4.3.**  
220 **Apreciação do RAG (Relatório Anual de Gestão).** A conselheira Sueli Terezinha  
221 Mensen pede vistas, retirando de pauta, dizendo que não foi cumprido desde 2008  
222 o item do Plano de Cargos Carreiras e Salários. Informou que já foram pedidos por  
223 ela e pela conselheira Claudia Cristina Saveli cópias de orçamentos e contratos  
224 junto à Secretaria Municipal de Saúde e não foram fornecidos. Por fim, o Presidente  
225 do Conselho Municipal de Saúde – Sr. José Timóteo Vasconcellos Sobrinho deu  
226 por encerrada a reunião às 19h48min.